

GERALDO JOSÉ DE MELO *

No final do ano passado, em Natal, um grupo de pessoas, que participava de uma festa, recebeu em seu camarote a visita de uma artista de televisão. Apresentada a todos, a artista gentilmente beijava a face de cada um.

Integrava o grupo o senador Dario Pereira, um homem simples e modesto, cujo mandato expiraria no dia 31 de janeiro. Quando chegou a vez de ser apresentado à moça (!), Dario ouviu estupefato o seguinte:

— Senador eu não beijo, porque senador não é gente...

Esse é um pequeno episódio. Mas é um episódio trágico para a democracia. Um dos muitos que expressam o sentimento de desprezo, de rejeição pelo Congresso, hoje virtualmente generalizado no país.

Se o Congresso Nacional é ou não o único responsável por esse desprezo, é um caso a estudar. Mas uma coisa não é mais um caso a estudar, embora seja terrível para se afirmar: conscientemente ou não, a opinião publicada está incutindo na maioria das pessoas o sentimento de que é o Congresso como instituição que deve ser abolido. Não os seus defeitos.

Essa tese não é e nem precisa ser explicitada por ninguém. Ela ganha corpo na medida em que somente têm visibilidade os erros dos parlamentares. Ela se amplia na proporção em que se dissemina no seio da população, nem sempre muito bem informada, a noção de que “esses políticos não se emendam mesmo”, colocando-se todos no mesmo balaio. Ela se fortalece em virtude da idéia de que o Congresso não presta porque está cheio de políticos. Por-

tanto, nunca prestará, pois será sempre formado por políticos.

Com o auxílio de narrativas iradas, caricaturais e anedóticas das ações do Poder Legislativo, denuncia-se a própria instituição. Resulta que vai sendo cada vez mais abandonado o conceito da sua importância para o funcionamento da democracia e a preservação da liberdade.

A meia informação é sempre mais perigosa do que a ausência de informação. Enquanto uma alimenta a ignorância, o desconhecimento, a outra constrói deformações previamente estudadas, produz injustiças que vitimam pessoas pelo caminho. Como nas ditaduras. A meia informação foi um poderoso instrumento de manipulação popular na Alemanha de Hitler, como foi — sabemos todos — aqui bem perto de nós.

Como exemplo de meia informação, veja-se o caso da soleníssima besteira feita pelo Congresso anterior, ao fixar os subsídios da Legislatura seguinte, que é esta iniciada agora no dia 1º de fevereiro.

Objetivamente, a mancada do Legislativo consistiu em pretender ser mais inteligente do que todo mundo: se os congressistas achavam, com ou sem razão, que era necessário pagar 10 mil reais por mês, equivalentes a 120 mil reais por ano, a um parlamentar, ao presidente, ao vice-presidente, aos ministros, que assumissem essa opinião com clareza. Não tentassem escondê-la. Disfarçá-la. Nunca pretendessem “reduzir” os subsídios de 10 mil mensais para 8 mil, aumentando, ao mesmo tempo, de 12 para 15 o número de meses a pagar por ano. Como se somente o autor

dessa idéia fosse inteligente e burros os demais brasileiros. Como se ninguém fosse capaz de perceber essa esperteza aritmética, nem tão esperta assim...

O que se divulgou foi que os parlamentares estavam “legislando em causa própria”, o que, por sua vez, não é exatamente a verdade.

Quem quiser realmente informar a respeito do assunto terá de dizer que (a) o Congresso é obrigado a fixar, no final da Legislatura, os subsídios que serão pagos aos parlamentares na Legislatura seguinte, bem assim a remuneração do presidente, do vice-presidente da República e dos ministros de Estado; porque é assim que a Constituição estabelece no artigo 49, incisos VII e VIII; (b) o Congresso que aumentou subsídios foi, portanto, outro Congresso e não este que se empossou a 1º de fevereiro.

No Senado, por exemplo, foram eleitos agora 54 senadores, dos quais 45 não eram senadores antes. Portanto, dizer-se que foi uma decisão em causa própria é, no mínimo, um exagero.

Temos um novo Congresso nacional, que está apenas empossado. Do mesmo modo que, no Executivo, Itamar Franco não podia pagar pelos erros de Fernando Collor, porque um presidente não pode ser responsável pelas besteiras do antecessor, os novos deputados e senadores não podem pagar pelos erros que estão sendo apontados no Congresso precedente. O fato de haver, no Legislativo de hoje, parlamentares que integravam o Congresso anterior igualmente não afeta a autoridade desses parlamentares. No Executivo, o fato de servirem ao governo de Fernando Henrique

Cardoso alguns ministros de Estado e outros auxiliares que serviram a Fernando Collor em nada os atinge e muito menos ao governo.

Pode-se dizer, portanto, que nem o velho Congresso agiu em causa própria e nem o novo Congresso é responsável pelo que de bom ou de mau tenha sido feito pelo anterior.

Mas, apesar disso, o novo Congresso está nascendo com a sua credibilidade mergulhada no mais fundo de todos os poços. Nessa situação recebe, sob a justa e necessária pressão da sociedade, a enorme tarefa de empreender uma reforma constitucional que seguramente será muito mais ampla do que se imagina. Com a crise de credibilidade que vive o Poder Legislativo, não admira que alguém comece a dizer que não temos Congresso à altura desses desafios e abra caminho para a tese de que o Brasil não precisa mais de parlamento...

Absurdo? Claro que é absurdo. Mas, para dar trânsito a um absurdo desses, bastará enfeitá-lo com um toque — digamos — de “modernidade”, com licença da palavra. Sustentar, por exemplo, que se trata de uma fórmula inovadora e eficiente, com a grande vantagem de nos garantir a um só tempo, além da economia de dinheiro, o afastamento de cena desses políticos “que não se emendam”, que custam caro ao contribuinte, etc., e tal.

Não há dúvida. Se é uma “democracia” sem Congresso o que desejamos para o Brasil, estamos no caminho certo.